

ATA 30ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às quinze horas, pelo aplicativo google meet, realizou-se a trigésima Plenária extraordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Jaime Alvino Starke, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Isaura dos Santos Lopes - Federação das comunidades Quilombola de Minas Gerais, Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo -SSVP, Anédia Miranda Farias - Fórum Estadual dos trabalhadores do SUAS, Gabriela de Almeida Loiola - Forum Regional dos trabalhadores do SUAS/ Salinas, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, Cynthia de Oliveira Gomes - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Aloísio Soares de Lima Júnior - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS, Ariadna Almeida - Federação de Associações sem fins lucrativos de MG - FASEMIG, Cristiano de Andrade, - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Jaime Alvino Starke - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Haiandra Pereira de Oliveira - CMAS/Novo Oriente de Minas, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo - CMAS de Montes Claros, Silvia Gracia Oliveira de Souza - Secretaria de Estado de Educação - SEE, - os seguintes Conselheiros Suplentes: Daniel Santos da Cruz - Movimento Nacional de População de Rua, Marcio Caldeira - Associação Profissionalizante do Menor - ASPROM, Damião Brás (Irajá) - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste - APOINME, Cláudia Maria Bortot Falabella - Secretaria de Estado de trabalho e Assistência Social SEDESE, Dayane Arantes Castro Alves - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Geraldo Amarildo da Silva - Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, Vilma da Silva Sá - Secretaria de Estado de Saúde SES e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Carla Nesia Silva Duarte, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados, Ana Paula Vilella - SEDESE, Ana Claudia - SEDESE, Joana Moraes - SEDESE, Rosilene Teixeira - SEDESE, José Darci - Secretária Municipal de Assistência Social de Pitangui. **JAIME**, Presidente: Boa tarde a todos também e bem-vindos. Boa tarde a todos e a todas pela presença. Agradeço muito aos conselheiros que se dispuseram e que puderam estar nesta plenária, nesta reunião extraordinária. Agradeço muito por cada um ter achado um espaço na sua agenda. Agradeço também ao empenho da Secretaria Executiva, a nossa Vice-Presidente **PATRÍCIA**, também pela parceria, pela compreensão da relevância dos temas. Então a gente declara aberta a 30ª Sessão Extraordinária, mas vamos aguardar a confirmação do quórum para que possamos dar continuidade. A pauta é bem pequenininha, já houve discussão hoje de manhã. É uma pauta que acabou sendo já pactuada pela CIB, mas vamos **ROSA**, Técnica SE/CEAS: aguardar mais um pouquinho, aí a **PAULA**, por gentileza, a secretária me avise quando estivermos em condição de poder dar continuidade a reunião. Sejam todos bem-vindos e novamente obrigado pela compreensão e por terem conseguido achar um espaço na agenda. **ROSA**, Técnica SE/CEAS: Boa tarde, conselheiros.

Aqui é **ROSA**, técnica da Secretaria Executiva. Os senhores estão me ouvindo? Jaime, Presidente: Sim, **ROSA**. Estamos sim. **ROSA**, Técnica SE/CEAS: Já estamos com quórum qualificado. Nós temos 11 titulares e um suplente, que é a Vilma que está em condição de titularidade. Estão nós já estamos presentes aqui: o Cristiano, Cynthia, Geraldo, Haiandra, JAIME, Sandra, Silvia Garcia, a Vilma em condição de titularidade porque a Cláudia Hermínia não está presente, Anédia, Ariadna, Lucas Estêvão e a Patrícia. Faltou alguém que eu não disse? Estou acompanhando aqui e são os que estão presentes até agora. Então nós já estamos com o quórum qualificado. E a Gabi entrou agora, Gabriela Loiola. JAIME, Presidente: Ok. Podemos dar início a nossa 30ª Sessão Extraordinária. Queria, novamente, reiterar para quem entrou agora no decorrer, agradecer muito o atendimento, a presença de cada um de vocês nesta segunda-feira. A gente sabe da agenda de cada um de vocês, vamos procurar ser o mais breve possível em respeito às agendas que todos vocês têm e vocês de maneira muito voluntária e de uma maneira que entenderam e estão aqui para, em conjunto, nessa reunião podermos tratar. Eu vou pedir então a pauta. Acho que todos chegaram a receber a pauta. A pauta tem um assunto único. Foi encaminhada, Secretária? Paula, podemos? Foi encaminhada, não é, **PAULA**? Agora, não sei se vocês estão me ouvindo. Vocês estão me ouvindo? **LUCAS**, Conselho Central de Curvelo/SSV: **JAIME**, seu áudio está muito ruim. **JAIME**, Presidente: De novo, hoje de manhã já foi assim. **CRISTIANO**, SEDESE: É, não, para mim aqui... Eu acho que é manter os microfones desligados, deve estar dando alguma interferência. **JAIME**, Presidente: Eu só fiz uma pergunta para a **PAULA** se o convite da pauta única foi encaminhado. Sim, não é? Para os conselheiros? **ROSA**, Técnica SE/CEAS: O **JAIME**, você desculpa, acho que ela está com problema no áudio. Sim, foram encaminhados. **JAIME**, Presidente: Ok, obrigado, **ROSA**. Obrigado pelo teu apoio. Eu não sei se os conselheiros conseguem me ouvir, agora, melhor um pouco? **GERALDO**, SEF/MG: Estou ouvindo. O meu está normal. **CRISTIANO**, SEDESE: Sim. **JAIME**, Presidente Ok, então. Obrigado. Bom, agradecendo, acho que já fiz a saudação inicial e tendo já o quórum qualificado, eu vou pedir para a gente fazer uma pequena apresentação de que foi também... Fazer uma mesma apresentação que passamos hoje, pela manhã, pela CIB e que nós, entendendo a urgência do tema e a urgência que é o aporte e a destinação de recursos previstos, e que estão fazendo, sim, com certeza, vão fazer muita importância para os municípios. Eu peço para exibir a primeira tela da apresentação, que os conselheiros podem... Eu vou lendo ela e aí os conselheiros podem, a gente pode discutir. São quatro lâminas só, três lâminas. E que a gente pode então... **PATRÍCIA**, CRESS: Presidente? **JAIME**, Presidente: Oi, Patrícia. **PATRÍCIA**, CRESS: Boa tarde. Tudo bem? Só revendo a pauta aqui, que estava na ordem da pauta a justificativa de ausência, informes e apreciação da pauta, não é? A pauta tem que ser aprovada. **JAIME**, Presidente: Pois é, exatamente isso que eu queria. Eu estava nessa dificuldade de ver a pauta, mas alguém,

ROSA ou Paula, podem colocar a pauta em exibição, por gentileza. **PATRÍCIA**, CRESS: (trecho incompreensível) [00:14:26] não sei colocar. Não, mas eu mesmo (trecho incompreensível) [00:14:28]. **PAULA**, Técnica SE/CEAS: Boa tarde. Desculpas, eu estava com problemas aqui no equipamento. **JAIME**, mas a pauta foi encaminhada sim, junto com a CI, para todos os conselheiros. Eu mandei tanto por e-mail, como eu coloquei também no grupo do WhatsApp dos conselheiros. Mas é porque os equipamentos aqui, gente, tem hora que está dando problema na internet, vou ver se consigo fazer essa apresentação aqui. Vamos ver se vocês vão visualizar. Ocorreu um erro. A internet não está muito boa. **ROSA**, você está conseguindo apresentar? Acho que vou passar para você, porque o meu está travando aqui. **ANA PAULA**, SEDESE: Paula, eu te mandei no *chat*, "Manda para a mim por WhatsApp, que eu acho que a ROSA também está com limitação lá". Por favor. **PAULA**, Técnica SE/CEAS: É o seu está melhor. Eu vou mandar agora. **ROSA**, técnica SE/CEAS: Paula, a exibição do JAIME em PowerPoint, eu posso exibir aqui, tá? Só o Word que eu peço que a Ana Paula exiba. **JAIME**, você quer que exibe primeiro a pauta e depois o PowerPoint, não é isso? **JAIME**, Presidente: Isso. **ROSA**, técnica SE/CEAS: Pode deixar que eu exibo. **JAIME**, Presidente: Isso. Conforme minha solicitação. Aí gente só apresenta a pauta e aí, como é pauta única, extraordinária. A gente só aguarda a inserção da tela, por gentileza. Ainda não estamos conseguindo inserir a pauta? **ANA PAULA**, SEDESE: Eu estou aguardando aqui, **JAIME**. Paula, só um instantinho porque eu acho que está travando geral lá. **JAIME**, Presidente: Obrigado. A Vice-Presidente Patrícia fez uma sugestão para a incluir o ponto de pauta rápido, a posse do nosso secretário, indicação do Cogemas, o Secretário Darci. Bem-vindo, Darci. Conversamos hoje de manhã um pouquinho, mas bem-vindo, Darci. **DARCI**, COGEMAS: Obrigado, **JAIME**. **JAIME**, Presidente: Vamos aguardar e então a gente já insere a pauta. Prazer em tê-lo junto como indicação do Cogemas. Seja bem-vindo, Secretário Darci. **DARCI**, COGEMAS: Obrigado. **JAIME**, Presidente: Ótimo. Esta é a 30ª Plenária Extraordinária. Proposta de pauta com uma plenária virtual, hoje, no dia 03 de agosto, a abertura. Houve a menção dos presentes. Lucas, obrigado. Agora que eu estou vendo que o Lucas está apresentando lá em cima. Obrigado, Lucas, pelo apoio também. A menção dos presentes; a justificativa de ausência; apreciação da pauta, informes e o ponto de deliberação; ações emergenciais decorrentes da covid-19. Aí, como pedido pela Vice-Presidente Patrícia, para a inclusão, julgo, no início da nossa abertura, após a menção dos presentes, já a composição do Secretário Darci como representante do Cogemas. Em discussão. Pode ser assim, Patrícia? Nessa sequência? **PATRÍCIA**, CRESS: Teria que ver com a Secretaria Executiva, não sei se a ordem, se teria que ser ponto para apreciação e deliberação no início, mas é uma questão mais de logística mesmo aí. De acordo com o regimento, acho que a Paula ou a ROSA é que vão saber. Por mim, tudo bem. **JAIME**, Presidente: Mas se não, a gente já faz assim, faz a menção dos presentes. Vamos fazer o

seguinte, vamos primeiro dar posse para o Conselheiro Darci, como representante do Cogemas. Aí ele já conta também na menção dos presentes, então acho que a lógica vai ficar melhor assim, não é secretário? Secretário, seja bem-vindo. A palavra está a sua disposição. DARCI, COGEMAS: Obrigado, JAIME. Boa tarde a todos. É um prazer muito grande participar dessa plenária, desse conceituado Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Minas Gerais. É sempre um prazer e hoje já estive na reunião da CIB. Então eu quero me colocar à disposição e dar as boas-vindas também a todos e agradecer pelo convite. Quero ser um parceiro de cada um de vocês, da sociedade civil, como também da parte do governo. E eu espero trazer alguma contribuição representando o porte II do Cogemas. Eu quero agradecer muito, o meu nome é Darci, estou como secretário aqui no município de Pitangui. É um município de porte II. Nós temos aqui 31 mil habitantes. Eu estou na Política da Assistência Social desde 2008. Trabalhei quatro anos na cidade de Cláudio, como coordenador do CRAS e, a partir de janeiro de 2013 até a presente data, eu estou como secretário de assistência social aqui do município de Pitangui. Pitangui é uma cidade com 305 anos, nós somos a sétima vila do Estado de Minas Gerais, com uma representação muito importante na história das Minas Gerais. Então é um prazer muito grande estar com vocês e espero poder ajudar e contribuir na nossa construção do Suas, no dia-a-dia, principalmente agora nesse período de pandemia do coronavírus que, se Deus quiser, já está em fase decrescente. Se Deus quiser, a curva já está bem, de uma maneira decrescente. Isso vai ser importante porque temos um desafio muito grande daqui para a frente na reestruturação dos nossos serviços, dos nossos benefícios para atender de uma maneira mais coerente e exata os nossos usuários dessa importante política, que é a Assistência Social. Um abraço e um obrigado a todos. Obrigado a você JAIME. JAIME, Presidente: Obrigado, Secretário Darci. Obrigado pela sua apresentação. Temos certeza de que sua contribuição fará muita importância na construção, no fortalecimento nas políticas de assistência social pela sua experiência em gestão. E eu digo e, também faço aqui em nome da gestão, mas reconhecimento para os gestores, o Aloísio também. Como a Patrícia colocou, o Aloísio permanece como o titular e o senhor como suplente, mas, sempre as plenárias são abertas tanto para os titulares, quanto para os suplentes. É um espaço bem democrático e a gente gostaria de sempre continuar a construir cada vez mais para a que os nossos resultados sejam cada vez melhores. Secretária, tem justificativa de ausência? PAULA, Técnica SE/CEAS: Temos sim, JAIME. Nós temos, inclusive, algumas pendências. Nós temos a da Noelle, justificou que não virá por motivo de trabalho e a titular dela está aqui. A Luanda justificou porque está em férias. A Haiandra chegou? HAIANDRA, CMAS Novo Oriente De Minas: Estou aqui. PAULA, Técnica SE/CEAS: Acabou de chegar. Ela estava sem energia na cidade, mas a Haiandra está aqui. Ela conseguiu chegar. A Denise estava com problemas também de trabalho, ela falou que talvez consiga vir só um

pouquinho, ou então, não vá conseguir chegar. Ela estava tendo problema de dispensa lá no trabalho com a gestão. Deixa eu ver o que mais. O Silvestre também justificou que não poderá vir por uma questão de trabalho. GERALDO, SEF/MG: Eu estou presente. Geraldo. PAULA, Técnica SE/CEAS: A Gabriele Sabrina, que está em férias. O Geraldo está aí, trocou pelo Silvestre que não pôde comparecer hoje. E o João Victor Chaves também, por questão de trabalho. Acho que são essas as justificativas. JAIME, Presidente: Ok. Conselheira Vilma mencionou que a Cláudia Hermínia, por motivos de demanda da Secretaria também, de Saúde, não está presente. VILMA, SES/MG: Exatamente. JAIME, Presidente: Isso. Obrigado, Vilma. O Lucas pediu a palavra. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Presidente, eu só queria trazer, com relação à Denise, ela é conselheira deste conselho, suplente, mas ela relata que a chefia dela cobrou uma reposição de horas da participação deste conselho. Acho que é importante que este conselho emita alguma manifestação e seja endereçada para a chefia imediata da Denise com relação a representação dela e justamente essa garantia da participação, sem tampouco, que ela seja obrigada a fazer essa reposição de horas. É mesmo uma questão de ordem e manutenção deste conselho. A gente precisa manter esses rigores e essas garantias porque, quem compõe este conselho, tem determinadas prerrogativas que não podem ser violadas. É só isso que eu gostaria de trazer, fazendo uma defesa do posicionamento da cadeira da nossa Conselheira Denise, frente a essa situação. Obrigado. JAIME, Presidente: Perfeito, Lucas. Concordo contigo, Lucas, também. Peço para a Secretaria Executiva para a que, se todos os conselheiros estiverem de acordo, que nós produziremos um ofício reiterando a todos os conselheiros, a todas as instâncias de representação, reforçando a necessidade de participação que é um trabalho importantíssimo para a construção. Se os conselheiros assim entenderem que... Acho muito importante que o Lucas e todos os conselheiros que se manifestarem justamente para garantir a presença e a representação. ANÉDIA, FMUSUAS/BH: Estou de acordo, JAIME. Anédia, estou de acordo. JAIME, Presidente: Obrigado, Anédia. Iremos encaminhar um ofício para todas as representações, reforçando essa importância, e que ela estando aqui, ela está também em trabalho da mesma forma. E, muitas vezes, nós exigimos mais de todos vocês – vocês que sabem, não é? – muito mais, às vezes, do que os horários que comumente são exigidos dentro do próprio ambiente de trabalho. Certo? Bom, a prestação da pauta. A pauta seria os informes, o ponto de apresentação e deliberação das ações emergenciais decorrentes do covid-19 e encerramento. Podemos aprovar a pauta da maneira como está? Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. De acordo. Obrigado. Obrigado, Lucas, pela apresentação da nossa pauta. Vamos então passar para a primeira tela da própria apresentação. Vocês me ajudem se por acaso o áudio não ficar bom porque hoje de manhã já reclamaram que o meu áudio não ficou bem, em alguns momentos. Mas aí, alguém me interrompe, que eu retomo novamente. Agora sim, se puderem abrir a apresentação da

nossa 30ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, com uma pauta única hoje, que são as ações emergenciais decorrentes do covid-19. PATRÍCIA, CRESS: Presidente, eu tive um problema com o meu celular que ele travou. Depois da apreciação da pauta vem os informes e eu acho que seria interessante dar os informes sobre a *live* do CEAS. JAIME, Presidente: Ah, sim. Pode ser sim, então incluímos, após, a *live* do CEAS. Ou a gente poderia também passar, nós temos plenária no dia 16 também. O que você acha, Patrícia? Até mesmo porque como essa é uma plenária que a gente pediu uma pauta extraordinária. O que você acha, Patrícia, se colocássemos no dia 16 direto já como ponto de pauta. PATRÍCIA, CRESS: Não, eu só sugeri porque na pauta que o Lucas exibiu estava lá: apreciação da pauta e em seguida informes. Aí eu lembrei que tem este informe, mas como estava pauta que foi aprovada ... JAIME, Presidente: Não, só para a saber porque como a gente sabe que esse horário assim, e até o horário, 15h, enfim. Não sei, talvez fica... Fica à vontade. PATRÍCIA, CRESS: Eu vou dar o informe então, porque como o informe estava na pauta e foi aprovada essa pauta, é um informe rápido. O Lucas colocou que acha válida apresentá-la na plenária ordinária, mas como já estava nessa pauta que foi aprovada hoje. Eu queria, mais uma vez, parabenizar o Daniel. Acho que ele nem está presente aqui agora, mas deixar isso registrado em ata de como foi importante essa *live*. Superou as minhas expectativas e eu acho que, realmente, foi uma forma do CEAS se aproximar dos conselhos municipais. A gente conseguiu levar muitas informações, pelos retornos que a gente teve no chat, tanto do Facebook quanto do Youtube, nas páginas da Sedese. Foi muito positivo. Os municípios gostaram bastante. Boas as falas dos meus colegas, o Presidente Jaime e o Lucas, assim como do Daniel também. Então é só para a fazer esse registro mesmo, que teve um alcance muito grande de participantes e de municípios. Acredito que tenha tido aí na faixa de mais de mil visualizações. JAIME, Presidente: Sim. PATRÍCIA, CRESS: Então eu achei que foi muito importante mesmo. Parabéns a todos os envolvidos. JAIME, Presidente: Então nós já estamos dando o informe, não é Patrícia? Está bom. Vamos já aproveitar também – quebrando um pouquinho, se os conselheiros nos permitem. Posso, Patrícia? Não sei se já tinha encerrado a tua fala? PATRÍCIA, CRESS: Já encerrei, mas não quebrei o protocolo não. Estava na pauta antes da apreciação. Só para a gente seguir a pauta direitinho. JAIME, Presidente: Fui eu que acabei quebrando agora a pauta, fui eu mesmo. Nem se preocupe porque foi eu mesmo. É que nós íamos fazer os informes, mas vamos mantendo então pelos informes. Agradecer a Patrícia que brilhantemente representa o segmento dos trabalhadores, nossa Vice-Presidente do CEAS, assistente social, pessoal que está na ponta, que está no dia-a-dia, que está no trabalho de frente, que não tem medido esforços para a poder estar lá e foi muito bem representada, Patrícia. Parabéns pelas suas falas. Essa *live* extrapolou os limites territoriais de Minas Gerais, como já foi visto. Outros estados puderam acompanhar, puderam participar e continua na página, está tendo muitas

visualizações ainda. Ao Lucas, parabéns pelas suas falas. Sempre foi muito elogiado pelas suas falas bem pontuais, eu acho muito importante as suas colocações. São colocações assim, que engrandecem e reforçam a construção e que estamos no caminho. Podemos errar. Podemos tropeçar. Podemos encontrar pedras. Não é, Secretário Darci? A gente não encontra pedras, a gente encontra pedreiras. Não são mais pedras e estamos nesse processo fazendo com que a gente consiga passar por esse momento. O nosso amigo Daniel, que foi um batalhador da realização dessa *live*. Ele se envolveu bastante, teve toda uma dedicação, teve toda uma cobrança que ele sempre fez. É muito bonito e, quando sai isso, são falas de coração. São falas que representam e, como a Patrícia falou, com certeza, eu acho que nós estamos abrindo uma forma de aproximar cada vez mais os conselhos e é esse o papel do conselho estadual, de ser um grande parceiro, entendendo todas essas dificuldades. Assim como o Lucas falou agora pouco também, essa sensibilidade que o Conselho Estadual precisa ter, de destacar a importância da participação, de destacar que quem está aqui está cedendo um tempo preciosíssimo, mas é um tempo que não tem preço. É precioso e não tem preço, porque a qualidade de cada um de vocês é que faz a construção, esse nosso diálogo, nossos debates para que a gente possa então. Também toda a equipe técnica, que se envolveu durante a construção, todo o assessoramento, a ASCOM, a Pollyana, enfim, a Paula, a Consolação, a ROSA. Todo mundo que, de uma maneira ou outra, contribuiu. Agora, Patrícia, Lucas e Daniel, já sabemos o caminho. Agora que nos mostraram um caminho, agora a gente vai então continuar. A Patrícia também colocou sobre o curso da Sedese, de Atualização de Gestão Orçamentária e Financeira. Muito importante. Isso, até 14 de agosto. Depois alguém da equipe, da Subas, se tem a data correta. Acho que é essa data mesmo. Então os gestores, conselheiros, sociedade civil estão todos convidados. Vou pedir para o nosso pessoal colocar o *link* no *chat*. Cristiano, Joana, a Ana, se puderem colocar o *link*, onde vai ser realizado para a que o máximo de pessoas possam participar. Então a gente tem essa importante ferramenta. Certo? Não sei alguém mais gostaria de falar alguma coisa sobre os informes? Conselheiro Márcio, por gentileza.

MÁRCIO, ASSPROM: Boa tarde, conselheiros. Bem breve, presidente. Boa tarde a todos. Não poderia deixar de registrar aqui que foi um excelente evento. Eu acho que a gente foi muito bem representado pelos nossos conselheiros aí: Lucas, Patrícia, Daniel, Presidente JAIME e todo o sucesso que o CEAS inaugurou a partir de um dispositivo agora. Eu acho que a gente mostrou que é possível alcançar resultados efetivos e bem pontuais quando a gente realmente faz o envolvimento e todo mundo assume a sua responsabilidade. Acho que foi um exemplo ímpar e que inaugurou uma nova forma do conselho atuar. Acho que a gente tem que seguir esses modelos e melhorar ainda mais. Parabéns a todos que foram envolvidos e muito sucesso daqui para a frente. Obrigado. JAIME, Presidente: Obrigado, Márcio. Obrigado pelas falas. A Joana acabou de colocar então, Atualização de Gestão

Orçamentária e Financeira. esse é o tema. Então o início do curso 17 de agosto, maiores informações depois, pode-se acessar direto na página e ficamos à disposição. Vencida então a questão dos informes, mais algum conselheiro gostaria de ter alguma informação, ou podemos passar direto para a pauta única da reunião? De acordo? Está bem. Essa reunião está acontecendo logo após a Reunião da CIB, que aconteceu hoje pela manhã. É uma reunião extraordinária, pode passar a próxima lâmina, por gentileza. O motivo da nossa reunião é que, fruto da Lei Complementar n.º 173, de 27 de maio de 2020, estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus, SARS-CoV-2, covid-19 e que altera a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio, e dá outras providências. Juntamente com isso, que foi editada uma Medida Provisória n.º 978, de 04 de junho de 2020, o qual abre um crédito extraordinário, em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 60.189.488.452,00 para o fim que especifica e dá outras providências. Aí um ponto para a gente contextualizar, que o importante que esse é o valor total que o governo federal está disponibilizando, será disponibilizado entre os estados, Distrito Federal e municípios. São feitos em quatro parcelas, como está previsto na Medida Provisória, e esse valor total será dividido entre todos os estados, Distrito Federal e os municípios. Com isso, através de um trabalho bem intenso e que aconteceu, até foi motivado na última plenária da CIB. Eu acho que até na última plenária também foi feita a fala sobre a importância de prever, dentro das ações da Medida Provisória já, recursos para a Assistência Social. Nesse primeiro momento, foi pactuado pela CIB, hoje pela manhã, que será deliberado, o valor alocado no Fundo Estadual da Assistência Social a ser alocado nos Fundos Municipais de Assistência Social um valor de R\$ 9.007.615,60. Pode passar a próxima tela. Dentro dessa pactuação que aconteceu no dia de hoje, previu que esse valor fosse realizado o repasse extraordinário aos 853 municípios mineiros para minimizar os impactos financeiros e sociais decorrentes da pandemia, o valor integral R\$ 9.007.615,60. Esse valor será feito através de repasse de recurso no valor mensal de R\$ 4.503.807,80 aos 853 municípios mineiros, durante dois meses, tendo como referência os valores já pagos do Piso Mineiro Fixo, recebido atualmente pelos municípios. Esses recursos deverão ser de acordo com o objetivo da Medida Provisória, destinada exclusivamente para ações de enfrentamento aos impactos causados pela pandemia da covid-19, conforme estabelece a Medida Provisória n.º 978/2020 e a Lei Complementar n.º 173/2020. Os recursos repassados aos municípios, a título de cofinanciamento extraordinário, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira do FEAS, inclusive, relativo ao preenchimento do plano de serviço e prestação de contas. Como importante, sempre, cabe aos Conselhos Municipais de Assistência Social, apreciar, acompanhar e fiscalizar as ações, o resultado e a aplicação dos recursos, bem como, a prestação de contas dos recursos repassados. Acho que aí, depois, encerra já. Acho que é isso. Passa a próxima tela,

isso. Se quiser voltar para a tela anterior. Nesse primeiro momento foi deliberado, em conjunto com o Cogemas e com a Sedese, a pactuação desse repasse extraordinário de dois meses, dois valores mensais. De duas parcelas equivalente ao Piso Mineiro Fixo aos municípios. Foi feito um cálculo, com base já no que o estado repassa mensalmente, e ele vai nesse momento – por isso da nossa urgência, da nossa extraordinária, da apresentação, porque entendemos que os municípios estão passando, sim, por momentos de dificuldade financeira; que eles estão sendo demandados, sim, com muitas demandas de solicitações de benefícios, enfim, de todas as naturezas. E que por força de um trabalho muito intenso da secretária, porque é parte desse recurso. Ele vem para a própria aplicação em várias ações e que se conseguiu, nesse primeiro momento, já esse valor. Estamos já com uma possibilidade de mais valores de serem aportados, o que nos deixa muito otimistas e que nós continuamos, sim, a poder cada vez mais ampliar os valores a serem alocados ao fundo. Em breve apresentação, seria nesse sentido, no sentido de poder proporcionar aos 853 municípios duas parcelas adicionais com referência ao Piso Mineiro Fixo, em consonância com o que diz, o que estabelece a Medida Provisória n.º 978/2020 e a Lei Complementar n.º 173/2020. Seria essa a pauta. Temos um compromisso muito grande de que a gente possa, em um curto espaço de tempo, já começar a fazer esse aporte para os municípios porque entendemos que o quanto antes esse recurso chegar, quanto antes esse valor puder estar disponibilizado, ele vai auxiliar aos municípios, vai auxiliar aos usuários, vai auxiliar de uma maneira geral aos impactos ou tentar minimizar os impactos imediatos com essa situação. Temos duas inscrições de fala. Estão inscritas a Conselheira Patrícia e Conselheira Sandra. Por gentileza, Conselheira Patrícia. PATRÍCIA, CRESS: Muito feliz por ter participado dessa reunião extraordinária hoje para poder discutir essa pauta, que é uma boa notícia. Mais nove milhões vindos aí de cofinanciamento federal para o Estado de Minas Gerais, para o SUAS mineiro. Essa lei, como o JAIME disse, é uma lei que tem cofinanciamento federal. É um recurso oriundo da Lei n.º 173, uma lei ordinária, lei complementar de 27/05/2020. E aí eu queria, só para a registrar em ata inicialmente, dizer da importância – como já conversei com o JAIME na quinta-feira à noite quando ele me disse se iria chamar a reunião extraordinária, disse também na sexta-feira no grupo da Mesa Diretora – que é importante a gente agilizar o máximo para ir recurso para o município, que realmente eles estão precisando muito. Mas também, é importante a gente se esforçar para a cumprir o regimento. O Regimento Interno fala, no artigo n.º 25, § 1º, “que as comissões temáticas analisaram, antecipadamente os assuntos de sua competência, para a subsidiar a deliberação em plenárias”. Essa é uma questão de aprovar critérios de partilha, transferência dos recursos para os fundos municipais. Então só para a registrar em ata a importância desse esforço mesmo para a gente conseguir fazer análise nas comissões antes de passar para a plenária. E que o descumprimento do Regimento não se torne uma praxe. Também queria dizer que eu

consegui participar da reunião da CIB hoje, uma discussão muito importante aí, os municípios, o Cogemas, trouxeram essa questão da necessidade de dar autonomia para os municípios. Eu acho que a proposta, como ficou construída, ela atende bem porque não se restringe a Benefícios Eventuais. Os municípios poderiam, por exemplo, contratar pessoal, conforme está previsto na Lei Complementar n.º 173. Achei uma proposta muito interessante e, futuramente, virão novos recursos porque já tinham aí previsto, que foi apresentado pela Sedese hoje, na reunião da CIB, se não me engano pouco menos de dez milhões, (áudio ruim) [00:50:44] R\$ 18 milhões (áudio ruim) [00:50:46] depois (áudio ruim) [00:50:46] me corrige se eu estiver errada aqui nos valores, que não me recordei direito. E que vão ser pactuados na CIB, reunião de 13 de agosto. E aí, após pactuado na CIB, é importante que essa próxima parte do recurso que (áudio ruim) [00:51:01] liberar que a gente consiga discutir na comissão antes. Então seria mais ou menos isso minhas considerações iniciais. Obrigada. JAIME, Presidente: Isso mesmo, Patrícia. Só acho que o Cristiano ia te falar uma coisa, que o teu microfone estava falhando um pouquinho, mas acho que a gente conseguiu. Eu acho que essa questão das comissões é importante, até a Patrícia sugeriu que fosse um pouquinho antes. Poderia ter sido um pouquinho antes a reunião das comissões, mas enfim, vamos sim, Patrícia. Não vamos, de maneira alguma, tentar fazer nada que, de fato, esteja em desacordo com o Regimento Interno. É a nossa constituição interna. Obrigada, Patrícia, pelas suas palavras, pela tua consideração. A próxima inscrita seria a Conselheira Sandra. Por gentileza, conselheira. SANDRA, CMAS Montes Claros: Boa tarde a todos, conselheiros. Então eu acho que a minha fala vai ficar até um pouco prejudicada porque eu solicitei que voltasse a primeira tela e não foi projetada. Na verdade, eu perdi um pouco porque o telefone tocou aqui e era da secretaria e eu tive que atender, mas eu vou dar... Não, mas tudo bem, JAIME. Eu vou colocar minha linha de raciocínio aqui, porque essa sessão da lei complementar, eu estou trabalhando nela aqui no município porque é um recurso da saúde da assistência social. E a gente tem conversado muito com a saúde e agora, por fim, a gente encaminhou para o prefeito porque é o gestor que vai determinar a porcentagem da assistência e da saúde, a lei não determinou isso. E eu estou querendo informação. Eu estou querendo saber o seguinte, como é que foi o processo? Qual valor exato para o Estado de Minas Gerais – minha planilha não nem está aqui, está na secretaria – entender como que ficou a divisão com a saúde, desse recurso. Quanto, de fato, quanto por cento realmente a assistência está sendo contemplada com esse recurso. Na verdade, a CIB já pactuou. Ela vem para o conselho e aí a gente não tem muito – eu sempre falo isso, a gente acaba não tendo muito como mexer. E a CIB pactuou, vem para a nós só para a apresentar. Eu particularmente acho que esse recurso, a gente tem que a gente discutir muito isso porque os municípios, de uma certa forma, estão passando uma dificuldade muito grande com a questão do cofinanciamento federal. Na verdade, as parcelas do cofinanciamento federal não

estão chegando. Os municípios estão passando um sufoco muito grande para a pagamento de servidor, para a manter os serviços e, principalmente, em um momento de crise tão grande quanto essa. Não estou dizendo que a pactuação foi equivocada, foi errada. Eu estou querendo discutir, porque eu acho é recurso e a gente consegue fazer política pública com recurso, com dinheiro. Então, eu acho que a gente tem que discutir isso de uma certa forma, entender essa questão dos valores, como que eles vão chegar nos municípios. A gente sabe que tem município que acaba que a prefeitura em si passa por muitas despesas pela ausência do cofinanciamento federal. Eu acho que (trecho incompreensível) [00:55:11] 853 municípios de Minas Gerais, o estado não está passando cofinanciamento do Piso Mineiro. Voltou a passar as parcelas cheias, mas neste momento de crise, como nós estamos passando, é muito sério. O recurso, realmente, acaba sendo insuficiente. Mas é isso, eu queria entender um pouco como é que foi feita essa questão da divisão do recurso. É isso e também entender também como é que vai ser o restante do recurso. Vai ser tudo repassado na forma do Piso Mineiro, não é? Tem mais recurso? Como esse recurso está sendo discutido? É isso. Muito obrigada. JAIME, Presidente: Ok, Conselheira Sandra. Obrigado pelas tuas colocações e informações. Conselheiro Darci e depois eu volto aos tópicos, pode ser, conselheira? SANDRA, CMAS Montes Claros: Sim. JAIME, Presidente: De repente, o assunto do Conselheiro Darci é semelhante a aí a gente faz uma resposta das informações que a gente... SANDRA, CMAS Montes Claros: Sim, JAIME. JAIME, Presidente: Conselheiro José Darci, por gentileza. DARCI, COGEMAS: Mais uma vez, uma boa tarde a todos. Eu quero salientar o que a Patrícia trouxe para a gente dá importante reunião que tivemos hoje, da CIB, não é JAIME? Lá vocês, o pessoal da Sedese e também, juntamente com o Cogemas, e salientar da importância que tivemos dessa conquista de garantir a flexibilização do recurso para o uso dos municípios dentro da sua própria realidade, da sua demanda. Nós sabemos que são 853 municípios, nós temos várias minas dentro das Minas Gerais, com municípios de porte I, na maioria deles então, com suas demandas um pouco diferenciadas de outras. Mas o próprio José Crus falou, a demanda da metrópole e dos grandes municípios também é muito grande, principalmente em quesitos, por exemplo, em Belo Horizonte, a questão dos moradores de rua, reordenamento dos serviços socioassistenciais dentro das entidades. Então essa flexibilização que nós conseguimos aí, e vocês compreenderam muito bem, isso aí eu acho que foi muito importante nessa conquista pelo Cogemas. Então nós queremos agradecer também a sua presença, Patrícia. Foi muito importante também a sua fala dentro da nossa reunião da CIB. E agradecer você também, JAIME, pela compreensão e a retirada só dos Benefícios Eventuais, flexibilizando então para que os municípios possam usar de acordo com a sua própria demanda. E também quero dizer do segundo ponto da nossa reunião da CIB é que não foi pactuado. Também foi importante conquista do Cogemas, que propôs que esse repasse não seja só somente para os 73 municípios na

forma de um veículo, mas que ele seja repassado com o primeiro item, depositado na conta direta dos municípios, na conta da assistência social dos municípios para que possam também usar como no primeiro ponto, flexibilizando assim, para que eles possam utilizar de acordo com as suas demandas. E também nós pactuamos lá que você vai levar isso para o departamento jurídico da assistência social, da Sedese, e que mais rápido vai passar para a gente, para a que a gente possa, nós do Cogemas, possamos analisar e ser apresentada e pactuada na próxima reunião, do dia 13. Então é importante dizer isso e é importante também, gente, lembrar muito que essa Portaria n.º 173, dos R\$ 10 bilhões das ações pactuadas e liberadas para a assistência social e a saúde –lembrando que o Cogemas, o colegiado nacional e tivemos uma importante participação do nosso Vice-Presidente José Cruz, de uma maneira ordeira, lutando juntamente com o colegiado – pedindo aos parlamentares, ao Congresso, que a assistência social também seja uma política essencial, assim como a Saúde. Porque, até então, naquele momento esse recurso iria na sua totalidade para à saúde. O Cogemas, juntamente com a luta dos secretários de estado, conseguiu reverter essa situação passando parte desse recurso para à assistência social. Como bem disse a nossa Sandra, o gestor é que vai definir, em cada município, de que forma percentual que ele vai passar para a saúde e para a assistência social. Aqui, no nosso município, pactuamos e chegamos em um denominador comum que foi e já está sendo liberado 60% para a saúde e 40% para a assistência social, coisa que eu achei bem justo. Então queria deixar esse informe dessa reunião muito importante e, principalmente, a participação de todos os conselheiros do Cogemas que se manifestaram em favor dos 853 municípios estarem recebendo de acordo com o seu porte, de acordo com o Piso Mineiro e de uma maneira flexível, para que os municípios possam usar de acordo com a própria demanda dentro, sim, da pandemia, voltado para o covid-19. Ok, muito obrigado, JAIME.

JAIME, Presidente: Ok, Secretário Darci. Obrigado pelas considerações. Fez um histórico, mais ou menos um histórico da nossa reunião de hoje pela manhã. Dessa mesma forma, secretário e conselheiros, por isso que nós, diante dessa construção que houve de pactuar recursos para a assistência social, mas não houve um critério definido, como o Secretário Darci passou, que houve uma construção e um trabalho. Então, parabêniso, secretário, pela sua construção porque em alguns estados e, eu tenho feito esse contato – infelizmente, até em estados muito conhecidos – não tem tido essa atenção ainda para a Política de Assistência Social. Parabêniso o Secretário Darci no seu município e, com certeza, deve ser uma regra. Tomara que seja uma regra nos demais municípios também porque, como já havíamos comentado na reunião passada, os efeitos da pandemia na saúde são imediatos, estão acontecendo agora. E o pós-pandemia deve ficar sob nossa responsabilidade. Os efeitos que já estão acontecendo, que desde o primeiro momento, como a Patrícia também lembrou da questão do aumento das populações que mostraram mais vulneráveis agora e

isso vai aumentar, então por isso que eu posso (áudio ruim) [01:03:27] procurado as duas formas, Patrícia. Eu vou procurar manter sempre cumprindo o Regimento Interno, mas no momento que surgir a sinalização de recurso, me perdoe, mas eu vou usar das prerrogativas e pedir convocações extraordinárias porque cada dia que a gente conseguir antecipar dentro de uma máquina pública que já é, por natureza, (trecho incompreensível) [01:04:03] mais travada. Cada dia que conseguimos avançar, eu enquanto coordenador da CIB, enquanto presidente, vou usar as prerrogativas (trecho incompreensível) [01:04:15] e sempre em bastante sintonia com os demais. Não, Patrícia, de maneira alguma. Só estou comentando, Patrícia. Nem leva para a essa... Isso, foi isso que eu falei logo adiante. Eu só vou procurar também, Patrícia, tentar pegar a informação um pouquinho antes, até foi justamente isso que eu disse na plenária. A Patrícia até sugeriu que fosse feita uma reunião antecipada das comissões, das 13h às 15h. Mas o importante é ter esse momento. Patrícia, me desculpa. Não foi ... A Patrícia está falando comigo pelo *chat*, mas não foi não, Patrícia. Foi só uma manifestação. Obrigado, Patrícia. Só uma importância desse recurso poder, sim, passar o mais rápido possível para a os municípios. Eu sei que vai ser um trabalho imenso, mas, em breve, agora a gente só está aguardando a sinalização da agenda do Cogemas, que prevê para o dia 13 de agosto uma confirmação, então, provavelmente já teremos mais uma reunião. Aí acredito que seja dentro da reunião ordinária mesmo do CEAS. Certo? Conselheiros, mais algum ponto? Alguém gostaria de se manifestar? Conselheiro Márcio e Conselheiro Lucas pediram inscrição. Conselheiro Márcio, por gentileza. MÁRCIO, ASSPROM: Presidente, Márcio, ASSPROM. Com relação ao que foi apresentado, o recurso vai ser repassado e vai ter preenchimento de Plano de Serviço. Condicionante, com certeza, o repasse do recurso mediante o Plano de Serviço preenchido pelo município. Esse Plano de Serviço vai ter que ser aprovado pelo conselho para a ser aceito no sistema? A questão toda é essa agilidade que você está colocando, presidente, com relação a esse recurso chegar lá na ponta. Qual que é a velocidade com que esse processo administrativo vai ser rodado, para a que o recurso chegue mais rápido na ponta? É nesse sentido que eu quero identificar se tem alguma forma de agilizar os processos. Obrigado. JAIME, Presidente: Ok, Conselheiro. CLÁUDIA, SEDESE: Eu posso responder, JAIME? JAIME, Presidente: Só está inscrito o Lucas e, logo depois do Lucas, pode ser você, Cláudia? CLÁUDIA, SEDESE: Se você quiser, JAIME, eu respondo. JAIME, Presidente: Ou se já quiser responder antes do... É matéria do tema do que o conselheiro... CLÁUDIA, SEDESE: Eu não sei se posso falar agora, posso? JAIME, Presidente: Eu espero o Lucas. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Pode, Cláudia. Pode ficar à vontade. CLÁUDIA, SEDESE: Boa tarde a todos. Na verdade, é o mesmo trâmite do Plano de Serviço, a aprovação do conselho normal. Eu penso que o trabalho que a gente vai fazer agora é para a soltar isso com a maior brevidade possível. Eu já andei alinhando com a minha equipe que vamos ter que ter uma urgência para a poder

soltar os planos, mas a gente ainda não... Como a gente está passando pela CIB e pelo CEAS hoje, essa questão dos prazos, porque a gente vai ter que soltar a resolução com prazo de preenchimento. É a nossa ideia fazer isso no menor tempo possível. O quanto antes a gente conseguir soltar plano, a gente precisa de um tempo porque tem que cadastrar todos os planos. São 853 municípios. Envia para o CEGOV, o CEGOV devolve. A gente disponibiliza para a vocês. A gente tem que colocar todas as informações. É um plano novo porque é específico da covid-19, então leva um tempinho assim, mas nós vamos ficar tête-à-tête, um dia após o outro só fazendo isso, priorizando a liberação para a chegar ao município o quanto antes. JAIME, Presidente: Ok, Cláudia. Obrigado pelas considerações. Conselheiro Lucas, por gentileza. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Boa tarde, conselheiros. Obrigado pela palavra, presidente. Na verdade, é só mesmo trazer alguns questionamentos que a gente precisa se fazer. O repasse desse valor mensal de R\$ 4 milhões, por dois meses, vai ser para além daquele repasse já feito pelo Piso Mineiro Fixo? Então, ou seja, o município vai receber duas parcelas durante dois meses? Eu acho que esse é o primeiro questionamento que eu gostaria de fazer. O segundo questionamento é: por que foi definido ou pactuado esse repasse de dois meses, ao invés de fazer um repasse só, um único repasse de um montante um pouco mais volumoso de recurso? Porque veja, nós estamos entrando no quinto mês de pandemia e agora que vem uma possibilidade de recurso do governo federal. Então muitos municípios já comprometeram o seu orçamento e o seu financeiro, as despesas do controle da covid-19 e no funcionamento da assistência, mesmo sem ter caixa ou utilizando recurso de outras áreas para depois fazer essa reposição. Eu me preocupo muito porque, se fosse feito o repasse de uma vez só, eu acho que desafogaria e aliviaria o pescoço de muitos gestores. É uma preocupação que eu tenho com relação a isso. E outro questionamento que eu gostaria de trazer é: qual é o número da pactuação da CIB? Qual é o número da resolução que foi pactuado? Eu tive o prazer de participar hoje de manhã, eu vi que não houve uma aprovação de uma resolução. E aí eu me acanho a questões técnicas. Se não houve a aprovação da resolução, ainda não foi pactuado definitivo, então há uma possibilidade de alteração desse desmembramento de dois meses, ao invés de... Assim, eu estou trazendo o debate para nós. Como sendo competência legal deste conselho apreciar e aprovar como que vão ser implementados os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social e, como este recurso vai estar vinculado ao FEAS, eu acho que a gente precisa se debruçar perante a esse debate. As minhas considerações iniciais são essas, presidente. Obrigado. JAIME, Presidente: Ok, Lucas. Obrigado pelas suas considerações e fala. Acho que posso até explicar alguns pontos. Com relação ao repasse, por ele ser mensal, a gente até tem a consciência sim de que a necessidade seria do próprio Ministério da Cidadania mantivesse os valores dentro do cronograma, sim, dos planos de aplicação, o que não tem acontecido. Eu não poderia dizer o porquê foi dividido em duas.

Pode ser em virtude do próprio repasse, que ele foi dividido em quatro parcelas e que deve ter havido, provavelmente pela parte orçamentária, um cronograma para a poder fazer o pagamento em duas parcelas. Mas, eu acredito que tenha mais com relação ao próprio fluxo financeiro para a poder chegar a esses municípios. Com relação ao quarto ponto, resolução da CIB... Então, se a ROSA... “Resolução 04/2020 já está assinada e será enviada para publicação”. Então isso. Então a Resolução 04/2020, que é o que foi assinado pelo presidente do Cogemas, nosso Secretário José Cruz, e também por mim, as duas pessoas que assinam as pactuações. A ROSA vai exibir a resolução, se vocês quiserem que ela exiba. Pode exibir, ROSA. Enquanto a ROSA, ela vai exibir. A hora que ela exibir, a gente para. O Secretário Darci pediu inscrição, enquanto isso. Pode ser, ROSA? Por gentileza, Secretário. DARCI, COGEMAS: Presidente, posso? JAIME, Presidente: Pode, Secretário Darci. DARCI, COGEMAS: É só para lembrar. O Lucas levantou a questão muito importante e pertinente em relação às parcelas do repasse, mas eu quero só lembrar, presidente, que a Portaria 378, que é uma portaria de um repasse do governo federal de um incremento extraordinário, também da covid-19, e os 5.270 municípios receberam uma parcela no dia 18 de maio e outra no dia 22 de junho – eu recebi aqui nas duas Comissões da Proteção Social Básica, recebi R\$ 106.000,00, e na Proteção Social Especial R\$ 91.200,00 também para os serviços socioassistenciais. Aí não entram os benefícios eventuais, entram sim só serviços socioassistenciais dos equipamentos CRAS e CREAS, no serviço de convivência, no PAIF, no PAEFI. Então só para esclarecer que já teve esse incremento já nessas datas, mas eu acho muito pertinente que, nessa reunião do dia 13, é porque como foi pactuado e você acabou de falar, presidente, a resolução já está pronta e foi pactuada, está sendo liberada aqui agora, na reunião, no CEAS, que é muito importante essa deliberação. Mas eu acho pertinente, sim, na reunião da CIB no dia 13, que possa levar isso na pauta, Lucas. Eu vou conversar aqui com o nosso Secretário Executivo para, talvez, inserir isso na pauta, permitindo assim, também o coordenador da CIB, o JAIME, para a que a gente possa também pactuar nesse próximo repasse. Se for possível, nessa flexibilização que nós então pedimos, que o JAIME vai consultar no departamento jurídico da Sedese, para que possamos, talvez, pactuar isso aí em um único repasse já que o dinheiro está na conta, acho, que do FEAS, do tesouro do estado. É só para a trazer essa informação, presidente, desse incremento que trouxe aí, através da Portaria n.º 378/2020, que foi um incremento muito importante para os nossos municípios. Já que nós não estávamos recebendo aquilo que é também pactuado, que é também de responsabilidade da União, que são os repasses das Proteções Básicas Especiais e (trecho incompreensível) [01:17:26] feitas de uma maneira, na sua integralidade. Muito obrigado. JAIME, Presidente: Ok, secretário, Conselheiro Darci. Obrigado. Eu acho que foi publicado, está em tela, não é, Lucas? Publicada a Resolução CEAS. A Patrícia colocou... Deixa só eu ver aqui: “Se a Sedese

poderia esclarecer, seria possível o repasse em uma parcela?” Patrícia, essa informação eu tinha até passado a pouco, provavelmente esse repasse em duas parcelas deve ter se dado através de um estudo até financeiro, mesmo. Embora a gente saiba que esse repasse é feito em quatro parcelas e ele não vem para a dentro do FEAS, ele é um recurso que não vem direto para o FEAS. Então nós ainda não temos ainda. O que foi sinalizado é que esses primeiros dois valores, que no dia 13 – e aí acho que é bem pertinente, uma fala bem impositiva do Lucas, do Secretário Darci, da questão até mesmo de defender essa questão de possibilidade de parcela única, enfim. Nossa área jurídica e técnica conseguirá trazer com mais propriedade essas informações. Hoje é aquele típico dia, conselheiros, que a internet não está ajudando ninguém. Hoje, de meio-dia, fiz reuniões muito difíceis. É segundona brava, Patrícia. Bem isso. Enquanto isso, o Aloísio. Boa tarde, Secretário Aloísio. Bem-vindo e, por gentileza, enquanto a gente tenta fazer a apresentação, vai dar certo. A gente tem fé que vai dar certo. Secretário Aloísio, por gentileza. ALOÍSIO, COGEMAS: Boa tarde, Presidente JAIME. Boa tarde a todos os nossos companheiros do conselho estadual. Seja bem-vindo, Darci, nosso grande companheiro secretário, também participante do Cogemas. Conosco aqui é muito importante, nesse espaço de construção coletiva. É importante, presidente, destacar que na parte da manhã hoje foram apresentadas duas propostas que, com a construção coletiva – como o Darci já destacou, com a colaboração do Cogemas – foram revistas essas propostas apresentadas na parte da manhã, porque parte do recurso seria utilizado somente para custeio do benefício eventual. E a outra parte do recurso seria para aquisição de veículos para em torno de 173 municípios. Então foi feito todo um diálogo coletivo, de forma republicana e democrática, para a que pudessem ser contemplados os 853 municípios com esse recurso. Porque a gente entende que esse momento, é um momento grave, um momento que exige um esforço coletivo e o Cogemas não poderia se furtar da defesa dos 853 municípios porque seria, de uma certa forma, até injusta alguns municípios não serem contemplados. E a flexibilização da utilização desse recurso é o que é mais essencial nesse momento, presidente e demais companheiros, porque as dificuldades surgem diariamente e as demandas também se modificam a cada dia. Hoje, o que nós podemos pactuar é a utilização desse recurso e a demanda, de acordo com o agravamento da pandemia nos próximos dias, pode exigir do município, caso nós enfrentemos, por exemplo, um novo *lockdown*, é necessário que nós mudemos as nossas estratégias. Então a flexibilização da utilização desse recurso é essencial para a que os municípios consigam a garantia e a execução dos serviços assistenciais. Hoje foi uma reunião muito positiva no tensionamento no momento onde os secretários demonstraram a insatisfação, de uma certa forma, de forma clara, republicana e muito construtiva, mas que era necessária a revisão das propostas apresentadas e para que, de fato, a gente pudesse contemplar e atingir o número maior de municípios e, assim como também, de usuários do Sistema Único de Assistência

Social. Por isso a necessidade de uma nova reunião para que nós consigamos fechar todo esse processo e assim até garantir segurança jurídica na utilização do recurso, porque é importante a gente lembrar isso, que a utilização desses recursos extraordinários para o enfrentamento da covid, isso, os municípios e o estado serão cobrados pelas instâncias de controle externo. Os Tribunais de Contas exigirão dos municípios, que nós estejamos muito bem embasados nas ações que vamos adotar daqui para a frente. Então por isso é necessário esse diálogo e, principalmente, a flexibilização e, conseqüentemente, com a participação tanto do conselho estadual quanto também dos conselhos municipais na deliberação da utilização desses recursos. JAIME, Presidente: Ok, Secretário Aloísio. Obrigado pelas considerações e pela fala. Eu só vou sempre destacar que a utilização é bem de acordo com o texto da Medida Provisória. Esse foi um assunto bastante discutido durante a manhã, da Medida Provisória e a Lei Complementar, também só para deixar registrado. O Cristiano se inscreveu, por gentileza. CRISTIANO, SEDESE: Boa tarde a todos. Prazer estar com vocês de novo. Na verdade, era só reforçar isso que o Aloísio acabou de falar e que outros já falaram também, o Lucas, a Sandra, a Patrícia, você JAIME, e os outros que participaram, que é reforçar essa importância da participação, do debate que a gente vem fazendo e da prioridade que a gente vem dando para a esse momento estão importante. De manhã a gente fez um debate importante a respeito dos pontos que foram trazidos, mas é só lembrar disso, acho que no meio dessa pandemia e dessas coisas todas assim complexas, difíceis, que estão exigindo demais do nosso trabalho, dos trabalhadores que estão na ponta, dos gestores municipais, também das equipes do Suas nos municípios, das equipes dos Suas aqui no Estado, na gestão estadual. Todo mundo trabalhando muito para a conseguir dar as respostas necessárias e no tempo necessário, urgente, que o momento exige. E aí era bem destacar isso mesmo, porque a gente precisa, no meio disso tudo, também reconhecer a importância que as instâncias de pactuação e controle social do Suas tem aqui em Minas Gerais. Em todos os momentos a gente vem procurando fazer esse diálogo aberto, construtivo, democrático. De manhã foi uma prova disso. Quem esteve de manhã, percebeu. Acho que faz parte da dinâmica de construção democrática, o debate, inclusive com pontos. Quer dizer, o estado tem propostas, os municípios têm propostas e a gente consegue, ao final, chegar a um consenso, chegar em uma discussão. Eu acho que é mais uma prova de que a gente tem conseguido todos juntos, sociedade civil, o governo do estado, o governo dos municípios, trabalhadores, usuários, entidades, todos que integram essas instâncias de pactuação e controle social do Suas, garantir a participação, o debate, porque isso enriquece a nossa democracia e eu acho que traz mais transparência. Isso que o Aloísio fala e que o JAIME também fala, no final, essa é uma preocupação – desde o início, de todas essas ações, não só na pandemia – mas, desde o ano passado, que é fazer as coisas com responsabilidade também. A gente vem lembrando isso. A gente tem feito discussões no

CEAS sobre outras ações envolvendo o enfrentamento da pandemia e são todas ações muito grandes e muito complexas. A gente fez outro dia uma discussão sobre o aceite do cofinanciamento que vai lá para as casas lares, que é de quase um milhão de reais, não é? R\$ 700.000,00. Então são números muito grandes. Nós estamos tratando aqui de nove milhões e, possivelmente, a gente vai continuar fazendo essa discussão de outros milhões que estão chegando também. Então quando os gestores municipais, lá na ponta, estão também lidando com esses cofinanciamentos e nos diálogos com os conselhos municipais, por outro lado, a gente aqui também, no CEAS e no CIB, tem esse desafio de tratar de ações muito complexas que envolvem o estado. E eu acho que é sempre importante a gente, no meio disso tudo também, celebrar essa possibilidade que a gente tem de fazer um debate, de apresentar propostas, de apresentar argumentos e, no final, a gente conseguir chegar a uma discussão. Eu queria só reforçar isso para a gente sempre lembrar que, no meio disso tudo, a gente vem conseguindo fazer os debates necessários. Mesmo que dessa forma, ordinária como a gente está fazendo hoje, mas é porque o momento exige, a urgência é muito grande. E a gente lá na Sedese, na Subas, também desse a semana passada, já no final da semana, a gente tem também se debruçado muito para a poder dar conta de trazer essa discussão, de fazer os encaminhamentos necessários porque essa é uma das ações que estão rolando. A gente tem outras, várias que estão acontecendo paralelamente e que tem exigido muito da gente. É agradecer também a participação de todo mundo e a gente está à disposição também para a ir tirando todas as dúvidas e continuar a conversa. Obrigado. JAIME, Presidente: Obrigado, Conselheiro Cristiano, pelas palavras. E antes que o Lucas diga: “Cadê a assinatura do JAIME?”, eu estou enxergando a assinatura do Crus e não estou enxergando a minha assinatura ali no documento ainda. Mas pode deixar que, de fato, eu ainda... Conforme ele saiu, o Crus muito brilhantemente fez as observações. Foi a construção mesmo e eu ainda não consegui assinar, Lucas. Mas eu saio daqui da reunião, é porque ainda tem uma coisa que tem duas assinaturas, então eu vou ter que imprimir a assinatura. Eu estou na minha casa agora, que a internet é um pouquinho melhor do que lá. Lá fica muito instável. Então eu saio daqui, vou para a Cidade Administrativa, vou providenciar a assinatura. Se a gente não conseguir fazer em PDF agora mesmo, que eu já pedi ao Guilherme, que é o nosso assessor de gabinete, para tentar inserir. Mas, eu me comprometo que já, já. Só terminar a reunião, daqui eu vou lá, assino e escaneio ela e a gente pede para publicação. Deixa eu ver aqui, temos inscrição... Acho que o Lucas mesmo. Lucas, por gentileza, tem a palavra. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Presidente, não me ative a assinatura, mas me ative ao artigo 5º, porque a Resolução só vai entrar em vigor a partir da publicação dela, e eu vejo um limitante para a nossa deliberação com relação a ela, porque estamos deliberando e verificando algo que não está em vigor. Então a minha preocupação é mais técnica. Na seara de técnica legislativa mesmo. A gente só pode

pactuar alguma coisa ou deliberar alguma coisa, depois dela entrar e já estar em vigor e ela não está em vigor. Só depois da publicação é que ela vai gerar os seus efeitos jurídicos. Uma outra consideração que eu gostaria de trazer é dentro dessa própria Resolução da CIB, porque no artigo 3º, § 2º, fala que dá uma limitação também da aplicação desses recursos. Os recursos repassados aos municípios – é o § 2º, gente, quem quiser acompanhar comigo. Artigo 3º, § 2º: “Os recursos repassados ao município deverão ser destinados exclusivamente para ações de enfrentamento aos impactos causados pela pandemia de covid-19, conforme estabelece a MP n.º 978/2020 e a Lei Complementar n.º 173/2020”. Quando a gente faz uma visita ao artigo 5º, da Lei Complementar n.º 173, o artigo é bem claro: “que a União entregará de forma de auxílio financeiro aos estados, Distrito Federal e os municípios, quatro parcelas de um montante de R\$ 600 bilhões para aplicação dos Poderes Executivos locais em ações de enfrentamento a covid-19 e para mitigação dos seus efeitos financeiros”, ou seja, tem uma limitação dentro da Resolução da CIB, que ela não é estão conveniente. Por que? A própria Lei Complementar n.º 173, fala que esse recurso também pode ser empregado para mitigação dos efeitos financeiros decorrentes do enfrentamento da covid-19. Não é que o recurso tem que ser implementado exclusivamente para o enfrentamento da covid-19, mas também para mitigação dos seus efeitos financeiros. É essa colaboração que eu gostaria de trazer também. Obrigado. JAIME, Presidente: Obrigado, Conselheiro Lucas, pelos esclarecimentos. Com certeza ali, como a Resolução do CEAS, por exemplo, pode ser colocada alguma alteração. É que a Resolução da CIB, no caso, já foi pactuada. Se o CEAS quiser fazer alguma observação, aí eu devolvo até para a nossa secretaria que pode, inclusive. Temos uma inscrição do Cristiano. Por gentileza, Cristiano. CRISTIANO, SEDESE: É só para tentar contribuir sobre esse último ponto, Lucas, o artigo que você falou... Meu computador está um pouco lento aqui. É o artigo 5º, da Lei n.º 173, não é? Mitigação de seus efeitos financeiros, não é? Eu não sei se contempla, mas no artigo 2º dessa Resolução, lá no finalzinho está assim: “destinados às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia”. Enfrentamento aos impactos está de uma maneira geral e a gente entende esses impactos, não só sociais, mas impactos de uma maneira geral, inclusive econômicos. Eu entendi que você colocou para a gente poder detalhar e ficar de acordo com o que está no texto da 173, mas eu não sei se esse artigo 2º, quando trata... Não só o art. 2º, mas o art. 1º também. O art. 1º fala do tratamento dos impactos sociais. No art. 2º fala de um enfrentamento, mas de um modo mais geral. Não sei se contempla ou se é o caso, realmente, da gente fazer esse adendo para usar o termo que está na 173, que é mitigação dos impactos de seus efeitos financeiros. Enfrentamento da covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros. Acho que é isso que você está propondo, não é? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Cristiano, na verdade, é isso mesmo, mas eu ressalto que o art. 1º e o art. 2º não contemplam, visto que o que trata sobre

a aplicação do recurso é o artigo 5º, então é ele que dá a destinação do objeto e que o objeto, no caso, é o próprio recurso. É questão legislativa mesmo. É só isto. JAIME, Presidente: Ok, conselheiros. O Conselheiro Márcio se inscreveu. Por gentileza, conselheiro. MÁRCIO, ASSPROM: Conselheiro Lucas, o § 2º, do artigo 2º da Medida Provisória estabelece também conforme está na Medida Provisória e na própria Lei Complementar. Isso aí não faria, já contemplando essa questão? Porque está falando que: “Conforme estabelece a Medida Provisória e a Lei Complementar”, ou seja, o que está previsto no artigo 5º, da Lei Complementar n.º 173, não estaria contemplada dentro do artigo 2º dessa Resolução da CIB? Ao § 2º, do artigo 2º da CIB. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Não contempla, uma vez que o próprio legislador colocou o artigo 5º, então ele quis especificar no artigo posterior ao que é genérico. MÁRCIO, ASSPROM: Não, eu falo no artigo 2º, da Resolução da CIB, § 2º, do artigo 2º da CIB. JAIME, Presidente: Eu acho que entendi também. Eu também entendo da mesma forma, Conselheiro Lucas, eu acho que ele acabou, quando ele colocou a expressão “conforme estabelece a Medida Provisória n.º 978/2020, Lei Complementar n.º 173/2020”, ele sinaliza, indica e reforça como deve ser feita essa aplicação dos recursos. Então ele está forte, ele está bem forte nas duas, na Medida Provisória, como o Márcio falou, que a Lei Complementar forte ali, ele reforçou, inclusive nesses dois pontos. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Sim, eu me confundi com a 173. Achei que o Márcio estava falando da 173. JAIME, Presidente: Obrigado, Conselheiro Lucas. O Conselheiro Darci pediu a inscrição. Por gentileza, Conselheiro. DARCI, COGEMAS: Presidente, Lucas, eu também entendo que nessa Resolução da CIB, lá no artigo 3º, assim como falou o Conselheiro Márcio, lá no seu § 2º, no final dele: “conforme estabelece a Medida Provisória n.º 978 e a Lei Complementar n.º 173”, então já está fazendo (áudio ruim) [01:38:49] a mitigação de seus efeitos financeiros da seguinte forma. Eu acho que contempla aquilo na Resolução, porque fala dela, está falando sobre como estabelece a Medida Provisória e a Lei Complementar n.º 173. Então já está posto aqui. Obrigado, presidente. JAIME, Presidente: Obrigado, Conselheiro Darci. E aí eu faço... Até, quando a gente passar para a Resolução do CEAS, eu acho que é até importante. O Lucas citou essa questão do artigo 5º e na Resolução do CEAS não poderia expressar, em um artigo apropriado, que a vigência dar-se-á após publicação da Resolução n.º 4. A vigência dessa Resolução CEAS terá vigência a partir publicação CIB n.º 4/2020. Aí fecharíamos a questão. Condiçionaríamos uma publicação para entrar em vigência a próxima. Poderia ser assim, Conselheiro Lucas? Ótimo. Mais alguma dúvida dos conselheiros? Ok, Conselheiro Darci, Conselheiro Lucas. CRISTIANO, SEDESE: Só uma coisa, JAIME. JAIME, Presidente::Pois não. CRISTIANO, SEDESE: Desculpa, é que a gente está projetando a Resolução da CIB, não é? JAIME, Presidente:: Isso, agora a gente muda para a Resolução do CEAS, da minuta, da sugestão de Resolução do CEAS. Vamos todos dar os dois minutos de paciência.

Secretária Executiva, poderia ler a Resolução ou alguém da equipe técnica, por gentileza? ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Aqui é a Adelmira. Eu vou ler a resolução. JAIME, Presidente: Então eu vou fechar o microfone para a ficar mais... ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Leitura da Resolução. “Minuta de resolução do CEAS. Dispõe sobre a aprovação da partilha de recurso do Fundo Estadual de Assistência Social destinados às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia, covid-19, nos municípios mineiros. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13, da Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, NOB/SUAS/2012 e considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; considerando a Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a política estadual de assistência social; considerando o Decreto 38,342, de 14 de outubro de 1996, que regulamenta o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS; considerando a Resolução Sedese n.º 459, de 29 de dezembro de 2010, que regulamenta o Piso Mineiro de Assistência Social; considerando o Decreto 46.873, de 26 de outubro de 2015, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS; considerando o Decreto 46.982, de 18 de abril de 2016, que altera o Decreto 38.342/1996, que regulamenta o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS; considerando a Lei Complementar n.º 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de enfrentamento ao corona vírus SARS-Cov-2, covid-19, altera a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências; considerando a Medida Provisória n.º 978, de 04 de junho de 2020, que abre crédito extraordinário, em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 60.189.488.452,00, para o fim que especifica e dá outras providências; considerando a Resolução da Comissão Intergestores Biparte – CIB/MG n.º 04/2020, de 03 de agosto de 2020, que pactua a partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, destinados às ações de enfrentamento aos impactos sociais provocados pela pandemia da covid-19, nos municípios mineiros. Resolve: Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, destinados às ações de enfrentamento aos impactos sociais provocados pela pandemia da covid-19, nos municípios mineiros; art. - 2º Os recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no valor de R\$ 9.007.615,60 oriundos da Lei Complementar n.º 173/2020 e da Medida Provisória n.º 978/2020, serão destinados para o repasse de recursos extraordinários às gestões municipais de assistência social, dos 853 municípios mineiros, destinados às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia do covid-19 nos municípios; art. 3º - Os recursos estabelecidos no art. 2º, serão repassados diretamente do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos

Municipais de Assistência Social – FMAS dos 853 municípios e duas parcelas, cada uma tendo como referência o valor mensal do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo, recebido pelo município. §1º - As parcelas de que trata o caput se dará nas contas já existentes para o recebimento do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo. §2º - Os recursos repassados aos municípios deverão ser destinados, exclusivamente para ações de enfrentamento aos impactos causados pela pandemia da covid-19, conforme estabelece a Medida Provisória n.º 978/2020 e a Lei Complementar n.º 173/2020. §3º - Os recursos repassados aos municípios, de caráter extraordinário, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, inclusive relativo ao preenchimento do plano de serviços e a prestação de contas. Art. 4º - Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social apreciar, acompanhar e fiscalizar as ações, os resultados, a aplicação e a prestação de contas dos recursos repassados, estabelecidos nesta Resolução. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 03 de agosto de 2020. JAIME Alvino Starke - Presidente Conselho Estadual de Assistência Social.” JAIME, Presidente: Só uma correção eu faria ali, lá em cima, acho que faltou o número da Resolução. Onde está em vermelho da Resolução. Ali diz só assim: “Resolução CIB n.º de 03 de agosto. Resolução CIB n.º 04/2020. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Aqui no lugar do 3? JAIME, Presidente: Isso. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Trocar esse para 04? JAIME, Presidente: Não, é que hoje é 03 de agosto. Só que o número da Resolução da CIB é 4/20, de 03 de agosto. Então é só escrever 4/2020. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: 3 de agosto. JAIME, Presidente: De 03 de agosto. Zero, zero, tem mais um zero. É Resolução 004. Tenho a inscrição do Lucas. Isso. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: É isso mesmo? JOANA, SEDESE: Acho que pode ser 04 mesmo. JAIME, Presidente: É 04. JOANA, SEDESE: Porque tem que ver com a Rose qual que foi a anterior da CIB. JAIME, Presidente: Ah sim. A Rose corrige, desculpa, é 04. JOANA, SEDESE: É, fui eu que coloquei. Desculpa. Rose? JAIME, Presidente: Inscrito está o Lucas, por gentileza, Conselheiro Lucas. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Presidente, eu gostaria que mencionasse, na ementa da Resolução, a Lei Complementar n.º 173 e a Medida Provisória. E no artigo 5º, a condicionante da vigência dessa Resolução, após publicação da Resolução CIB n.º 04/2020. JAIME, Presidente: Desculpa, eu estava falando com o microfone desligado. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Lucas, a Lei Complementar n.º 173 está aqui, não é essa que você está dizendo, considerando... LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Na ementa. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Aqui, não é? Aqui é a ementa, não? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Não. A ementa é isso aí, lá m cima. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Você quer que coloque aqui? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Isso. Isso é que a ementa da Resolução. JAIME, Presidente: Calma, alguém está correndo demais com essa tela. A gente fica até, não consegue... ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Desculpa.

JAIME, Presidente: Imagina. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Adelmira, você pode colocar “nos termos da Lei Complementar n.º 173/2020 e da Medida Provisória n.º 978/2020”. JAIME, Presidente: Como que seria o texto, conselheiro? Aqui em cima? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Isso, vírgula, nos termos da Lei Complementar... Porque fica mais fácil da gente identificar. JAIME, Presidente: Até para a uma busca futura...LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Sim. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: E a outra é qual, Lucas? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Medida Provisória n.º 978/2020. E o art. 5º. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Lá no art. 5º, não é? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Isto. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Na data da sua publicação e após publicação da Resolução da CIB? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Não. Esta Resolução entra em vigor após publicação e vigência da Resolução CIB. JAIME, Presidente: 4/2020. LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Vigência da Resolução CIB n.º 04/2020. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS : Deixar o número aqui, depois a gente conserta, que meu computador não... JAIME, Presidente: Pode deixar, Adelmira. Obrigado. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Isso mesmo? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Isso. Obrigado, Adelmira. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: De nada. CLÁUDIA, SEDESE: Resolução CIB, Adelmira. CRISTIANO, SEDESE: Resolução CIB. JAIME, Presidente: Temos uma inscrição. Concluiu, Conselheiro Lucas? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Obrigado, presidente. JAIME, Presidente: Ok. Conselheira Sandra, por gentileza. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Sandra retirou a inscrição, presidente. JAIME, Presidente: Desculpa. SANDRA, CMAS Montes Claros: Isso, JAIME. Retirei a inscrição. JAIME, Presidente: Está bom. SANDRA, CMAS Montes Claros: Obrigada. JAIME, Presidente: Conselheira Sandra. Estando a Resolução apresentada, existe mais alguma inscrição? Posso colocar em regime de votação? Os conselheiros estão satisfeitos? Poderíamos colocar em regime de votação? Então poderíamos colocar a tela de votação. Só espero que a tela nos ajude, senão a gente vai usar a votação já conceituada, já definida, já harmonizada pelo Conselheiro Lucas. Mas como eu acho que é uma votação, devemos apresentar a tela de votação e fazer a chamada dos conselheiros. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Só um minutinho, por favor. Só um minutinho que eu já vou projetar. JAIME, Presidente: Certo. Está em votação a Resolução. Já tem número essa Resolução? ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Ana Paula já projetou. JAIME, Presidente: Se alguém de vocês já tem o número dessa Resolução do CEAS, que estava como minuta. PAULA, Técnica SE/CEAS Ela vai ser a n.º 701. JAIME, Presidente: Resolução n.º 701... PAULA, Técnica SE/CEAS: Isso. A última que nós fizemos foi a 700, então essa vai ser a 701. JAIME, Presidente: Que trata da... Se quiser colocar um texto, não é? Se quiser copiar aquele cabeçalho que foi colocado ali, que eu acho que é a nível de informação, que dispõe sobre... Para deixar mais claro para a todos. Fazer um copiar e colar do... Isso, só copiar a

ementa. Tem mais aquelas informações que o Lucas colocou. ANA PAULA, SEDESE: Vocês conferem para a mim, por favor. JAIME, Presidente: Isso, tem mais aquelas informações que o Lucas colocou no final, depois. ANA PAULA, SEDESE: Lucas, se puder repetir porque estou jogando em várias posições aqui. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: De que tratam a Lei Complementar n.º 173/2020 e a Medida Provisória n.º 978, gente? É isso? JAIME, Presidente: Isso, 978. LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: 978/2020. JAIME, Presidente: Isso. Então está. Ótimo. Então, vamos entrar em regime de votação. Como vota, pela Sedese, JAIME Alvino Starke. Aprova. Como vota, pela Sedese, Conselheiro Cristiano de Andrade? CRISTIANO, SEDESE: Aprova. JAIME, Presidente: Como vota, pela Secretaria de Estadual de Educação, Conselheira Silvia Gracia Oliveira de Souza? SILVIA, SEE/MG: Aprova. JAIME, Presidente: Como vota, pela Seplag, Conselheiro João Victor de Almeida Chaves? PAULA, Técnica SE/CEAS: Está ausente. JAIME, Presidente: Como vota a suplente Luana Castro Lopes. ADELMIRA, Técnica SE/CEAS: Ausente. JAIME, Presidente: Como vota Cláudia Hermínia de Lima e Silva, pela Secretaria Estadual de Saúde? Acho que ela estava ausente, não é? PAULA, Técnica SE/CEAS: A Cláudia está ausente. JAIME, Presidente: Como vota a suplente Vilma da Silva Sé Costa? VILMA, SES/MG: Aprova. JAIME, Presidente: Como vota Geraldo Amarildo da Silva, pela Secretaria Estadual da Fazenda? GERALDO, SEF/MG: Pela aprovação. Desculpa, o microfone estava desligado. JAIME, Presidente: Como vota pela Seapa, Cynthia de Oliveira Gomes? CYNTHIA, SEAPA: Pela aprovação. JAIME, Presidente: Como vota, pelo Cogemas, Aloísio Soares de Lima Júnior. ALOÍSIO, COGEMAS: Peça aprovação, presidente. JAIME, Presidente: Como vota (áudio ruim) [02:01:15]. O voto da Cynthia não está aparecendo ali. CYNTHIA, SEAPA: É para a votar novamente, Presidente? JAIME, Presidente: Eu acho que ela só não registrou, não é? Pela Seapa, é só fazer o registro. CYNTHIA, SEAPA: Aprova. DANIEL, MNPR/MG: Senhor presidente, questão de ordem. É rapidinho. Eu vou pedir a todos os conselheiros que desliguem o áudio, se não é necessário ficar ativado, porque está dando microfonia e não está dando para a entender nada. Agradeço, por favor. JAIME, Presidente: Obrigado. Por gentileza, podem desligar os microfones quem não estiver em votação, por favor. Bom, o próximo em votação seria pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas, Haiandra Pereira de Oliveira? HAIANDRA, CMAS Novo Oriente De Minas: Pela aprovação, Senhor presidente. JAIME, Presidente: Como vota, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo. SANDRA, CMAS MONTES CLAROS: Pela aprovação. JAIME, Presidente: Agora tem que abaixar um pouquinho, não vou conseguir enxergar mais. Pronto, obrigada. Como vota, pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH, a Conselheira Anédia Miranda Farias? ANÉDIA, FMUSUAS/BH: Aprovação. JAIME, Presidente: Obrigado, conselheira. Como vota, pela Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras, Conselheira Isaura dos Santos Lopes?

ISAURA, ASQUIS: Pela aprovação. JAIME. Presidente: Como vota, pela Federação das Apae's, Conselheira Natália Lisce Fioravante Diniz? PAULA, Técnica SE/CEAS: Ausente a Natália. DAYANE, ADRA: Oi, boa tarde. Eu sou suplente da Natália. Só o titular é quem vota? É Dayane, boa tarde. JAIME. Presidente: Agora eu ia te chamar. Tudo bem, Dayane? DAYANE, ADRA: Tudo joia. JAIME. Presidente: Como vota, pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Dayane Arantes Castro Alves? DAYANE, ADRA: Pela aprovação. JAIME. Presidente: Obrigado, conselheira. Como vota, pela Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais, Conselheira Ariadna de Almeida Silva? ARIADNA, FASEMIG: Boa tarde a todos. Eu voto pela aprovação. JAIME. Presidente: Obrigado, conselheira. Como vota, pela União das Associações de Pirapora – UNAPIR, Conselheiro João Alves Crisóstomo? Eu não sei se ele estava presente. Ausente. Como vota, pela Associação Profissionalizante do Menor – ASSPROM, Conselheiro Márcio Caldeira? MÁRCIO, ASSPROM: Pela aprovação, presidente. JAIME. Presidente: Obrigado, conselheiro. Como vota, pelo Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Estevão Ribeiro da Silva? LUCAS, Conselho Central De Curvelo/SSV: Pela aprovação, presidente. JAIME. Presidente: Obrigado. Como vota, pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, Conselheira Patrícia Carvalho Gomes? PATRÍCIA, CRESS: Pela aprovação. JAIME. Presidente: Obrigado, conselheira. Como vota, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas, Conselheira Gabriela de Almeida Loiola? GABRIELA, FRTSUAS Salinas: Pela aprovação, presidente. JAIME. Presidente: Obrigado. Como vota, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento? Ele não se encontra hoje, não é? Não consegui ver se alguém... Se ele esteve. PAULA, Técnica SE/CEAS: Ele já havia justificado, JAIME, que ele tinha um compromisso, talvez ele chegaria bem mais tarde e até agora ele não chegou. Acredito que o compromisso pode ter se estendido. JAIME Presidente: Com certeza. Como ainda estamos com a vacância da representação do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo, tanto como titular quanto para suplente, vamos ter que expedir... Aí eu peço à Secretaria Executiva. Acho que até já foi feito esse ofício. Se não me falha a memória, acho que até já assinei algo nesse sentido. Concluindo o processo de votação. Nós temos 13 mais 4, são 17 votos a favor e nenhum voto contrário. Fica aprovada a Resolução n.º 701/2020, que trata sobre a partilha dos recursos. Conselheiros, agradeço muito pela disponibilidade dos seus tempos. Agradecer muito a presença de vocês, todos, durante esse momento. Creio que em breve nós voltaremos a nos encontrar em outras, como comentei hoje ainda, que tenhamos mais extraordinárias assim. Quando se trata de partilha de recursos ou destinação para a assistência social. Entendemos que é importante o momento, é sensível. E podem ter a certeza de que estamos trabalhando e, bastante, para que isso possa chegar efetivamente aos municípios. Queria agradecer a presença de vocês todos. Cumprimentar pela

participação, pelas colaborações. Desejo que todos vocês tenham uma semana bem abençoada e que a gente possa se encontrar novamente em uma próxima oportunidade. Um grande abraço a vocês todos e fiquem com Deus. Não havendo mais nada a tratar, em função do término da plenária, lavra-se a presente ata que será assinada pelos os conselheiros que estiveram presente.

Nome	Representatividade	Assinatura
Aloísio Soares	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais-COGEMAS	
Cláudia Maria Bortot Falabella	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Cristiano Andrade	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Cynthia de Oliveira Gomes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/SEDA	
Geraldo Amarildo da Silva	Secretaria de Estado de Fazenda	
JAIME Alvino Starke	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Haiandra Pereira de Oliveira	CMAS – Novo Oriente de Minas	
Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo	CMAS de Montes Claros	
Silvia Gracia Oliveira de Souza	Secretaria de Estado de Educação SEE	
Vilma da Silva Sá	Secretaria de Estado de Saúde SES	
Anédia Miranda Farias	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Ariadna de Almeida Silva	Federação de Associações sem fins lucrativos de MG - FASEMIG	
Damião Braz (Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste - APOINME	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de população de Rua	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS/ Salinas	
Isaura dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	

Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo SSV	
Marcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor - ASPROM	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social	